

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.

*Demonstrações Financeiras referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Transações relevantes com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionados, mensuradas de acordo com as condições acordadas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG



Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7

AXXIOM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.976	10.045
Clientes	5	56.568	21.735
Impostos a recuperar	6	3.130	808
Outros ativos circulantes		857	706
Total do ativo circulante		<u>69.531</u>	<u>33.294</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	6	35	35
Depósitos Judiciais		31	-
Outros créditos		-	8
Investimentos		8	8
Imobilizado	7	1.718	1.989
Intangível	7	9.892	6.144
Total do ativo não circulante		<u>11.684</u>	<u>8.184</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>81.215</u></u>	<u><u>41.478</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AXXIOM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar	8	9.451	2.969
Debêntures	9	6.103	6.070
Obrigações sociais e trabalhistas	10	4.761	4.250
Dividendos a pagar	12	444	-
Obrigações tributárias		3.180	1.021
Adiantamento de clientes		1.200	568
Total do passivo circulante		<u>25.139</u>	<u>14.878</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisões para riscos trabalhistas	11	3.045	3.147
Debêntures	9	<u>5.006</u>	<u>10.012</u>
		8.051	13.159
TOTAL DO PASSIVO		<u>33.190</u>	<u>28.037</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	17.200	13.700
Adiantamento para futuro aumento de capital		29.400	-
Reserva de lucros		1.425	-
Prejuízos acumulados		<u>-</u>	<u>(259)</u>
		48.025	13.441
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>81.215</u>	<u>41.478</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AXXIOM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2014	2013
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE SERVIÇOS	14	55.397	37.590
CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS	15	(46.144)	(27.752)
LUCRO BRUTO		9.253	9.838
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Despesas com vendas	15	(2.714)	(2.500)
Despesas administrativas	15	(3.976)	(3.501)
Despesas tributárias	15	(36)	(347)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(9)	(418)
LUCRO OPERACIONAL		2.518	3.072
Despesas financeiras	16	(1.114)	(1.419)
Receitas financeiras	16	557	732
RESULTADO FINANCEIRO		(557)	(687)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.961	2.385
Despesa com Imposto de renda e Contribuição social	13	167	(778)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.128	1.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AXXIOM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares reais, exceto o lucro por ação)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado do Exercício	2.128	1.607
Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u><u>2.128</u></u>	<u><u>1.607</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AXXIOM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social		Reserva de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		9.200	-	-	-	(1.866)	7.334
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.607	1.607
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	1.607	1.607
Subscrição de capital		8.000	(8.000)	-	-	-	-
Integralização de capital		-	4.500	-	-	-	4.500
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		17.200	(3.500)	-	-	(259)	13.441
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.128	2.128
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	2.128	2.128
Integralização de capital	12	-	3.500	-	-	-	3.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	29.400	-	29.400
Destinação da reserva legal	12	-	-	93	-	(93)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,03 por ação - lote de mil ações)	12	-	-	-	-	(444)	(444)
Constituição de reserva de lucros		-	-	1.332	-	(1.332)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		17.200	-	1.425	29.400	-	48.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AXXIOM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	2.128	1.607
Ajustes para conciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	854	712
Provisões	-	328
Despesas financeiras	734	1.086
	<u>3.716</u>	<u>3.733</u>
Variação nos ativos e passivos:		
Aumento de contas a receber	(34.833)	(14.873)
Variações de impostos a recuperar	(2.322)	141
Aumento de fornecedores e contas a pagar	6.482	1.240
Aumento de obrigações trabalhistas	511	1.248
Aumento de adiantamento de clientes	632	567
Custos reembolsáveis	1.934	2.117
Outros ativos e passivos	3.303	392
Caixa proveniente das operações	(20.577)	(5.435)
Encargos financeiros pagos	(1.064)	(22)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.420)	(13)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(23.061)</u>	<u>(5.470)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(362)	(315)
Adições ao intangível	(5.540)	(5.053)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	<u>(5.902)</u>	<u>(5.368)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	3.500	4.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.400	-
Dividendos pagos	-	(286)
Captação (amortização) de empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.006)	(440)
Emissão de debêntures	-	15.018
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>27.894</u>	<u>18.792</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.069)</u>	<u>7.989</u>
Demonstração de variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	10.045	2.056
No fim do período	8.976	10.045
Redução de caixa e equivalente de caixa	<u>(1.069)</u>	<u>7.989</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AXXIOM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Belo Horizonte - Minas Gerais, constituída em agosto de 2007, tendo permanecido em fase pré-operacional até 03 de setembro de 2008, data do início de suas operações.

Resultado da sinergia entre dois importantes *players* do setor elétrico brasileiro, a Axxiom tem suas ações divididas entre a CEMIG (49%) e a Light (51%).

O negócio da empresa é fornecer soluções de vanguarda para empresas de energia elétrica e demais *utilities*, associando engenharia e tecnologia da informação. Seu foco de atuação é o fornecimento de soluções, desenvolvimento e manutenção de sistemas de gestão e integração aos sistemas legados. A Axxiom também possui experiência no desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Com uma equipe de profissionais qualificados e com experiência na análise de processos operacionais de alta complexidade, a Axxiom desenvolve soluções em TI personalizadas capazes de gerar benefícios de valor agregado para os seus clientes.

A Axxiom também desenvolve também soluções para eficiência energética que impactam na redução de CO₂, através da automação de serviços de operação e manutenção em campo ou participando de projetos de pesquisa e desenvolvimento tais como tecnologia *smart grid* e inserção de geração distribuída na rede de distribuição.

Conforme descrito na nota explicativa 5, a Companhia possui contratos de prestação de serviços relevantes junto a CEMIG e Light. Para prestação dos serviços contratados são necessárias homologações da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) sob os contratos firmados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Imobilizado e intangível
- Nota 11 - Provisões
- Nota 14 - Receita líquida de vendas
- Nota 17 - Instrumentos financeiros

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados dessas demonstrações financeiras.

O resultado apurado de acordo com o regime contábil de competência dos exercícios.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, bancos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e a Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável.

c) Clientes e valores a receber

São representadas de acordo com os valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base na análise individual dos créditos, em montante considerado pela administração como suficiente para a cobertura de perdas na sua realização.

d) Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumulado (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de reestruturação do local onde estes ativos estão localizados.

ii. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros:

Os saldos ativos em aberto em 31 de dezembro de 2014 referem-se a obras de revitalização realizadas na sede da Companhia em imóveis locados. A depreciação é realizada no período de vigência do contrato, a qual tem como data final 05 de maio de 2016.

- Computadores e Periféricos 5 anos
- Móveis e utensílios 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis dos ativos e seus respectivos valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativa contábil.

e) Intangível

i. Pesquisa e Desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis a preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo de aquisição, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico no quais se relacionam.

f) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de reporte para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo apresenta perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras

transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

iii. Outros passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

g) Receitas e custos relacionados a projetos

As receitas e os custos relacionados a projetos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato na data das demonstrações financeiras, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. As variações nos custos com mão de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável.

Quando o resultado de um contrato de longo prazo não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. Adicionalmente se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Os gastos realizados pela Companhia que não representam avanços efetivos no estágio de conclusão dos contratos são controlados como ativos no balanço patrimonial e são transferidos ao resultado do exercício, como custos de projetos pelo seu efetivo avanço.

Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica “Clientes”.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição

social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a receber esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações nos critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Com o advento da Lei nº 12.973/14, que dispôs sob os aspectos tributários das novas práticas contábeis vigentes no Brasil desde 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) foi extinto. A Companhia não optou por antecipar os efeitos dessa Lei para 1º de janeiro de 2014, nos termos da IN RFB nº 1.499/14. A nova legislação disciplinou as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

i) Adoção de IFRS novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia analisou as novas normas e as normas revisadas emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014. De acordo com a análise da administração, não houve alteração na forma de mensuração, reconhecimento ou divulgação proveniente de alterações nas seguintes normas:

- i. Nova interpretação - ICPC 19 (IFRIC 21) - Tributos
- ii. Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de investimentos
- iii. Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
- iv. Alteração à IAS 36 - Divulgação do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros
- v. Alteração à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivativos e Continuação da Contabilização de Hedge
- vi. IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas - aplicável para as primeiras demonstrações contábeis anuais elaboradas de acordo com as IFRSs com períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, portanto, não se aplica à Companhia.

As alterações destas normas não trouxeram impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

j) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes IFRSs novas e revisadas foram emitidas e ainda não adotadas pela Administração:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
- Alterações à IFRS 11 - Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto - aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre Métodos de Aceitáveis de Depreciação e Amortização - aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
- Alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados - aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.

A Administração está avaliando os eventuais impactos da adoção destas novas IFRS. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável destes impactos até que sejam concluídos os estudos detalhados destes impactos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa pode ser demonstrado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	2	3
Bancos conta movimento	4	19
Aplicações financeiras	<u>8.970</u>	<u>10.023</u>
	<u><u>8.976</u></u>	<u><u>10.045</u></u>

O saldo em aplicações financeiras é constituído basicamente de aplicações em Certificados de depósitos bancários (CDI) contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas variáveis em 31 de dezembro de 2014 de 101,5 a 102,0% e em 31 de dezembro de 2013 de 101,00% a 104,50% do CDI, tendo como emissores bancos de primeira linha.

5. CLIENTES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber faturados		
Light Serviços de Eletricidade S.A.	4.845	2.125
Cemig Distribuição S.A.	1.729	2.342
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	554	-
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A.	236	540
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	669	-
Outros	<u>387</u>	<u>222</u>
	10.661	5.229
Contas a receber a faturar (*)	<u>48.148</u>	<u>16.506</u>
	<u><u>56.568</u></u>	<u><u>21.735</u></u>

(*) A Companhia possui valores a receber de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas prestados à suas controladoras CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e Light S.A.. A Companhia está finalizando as discussões sobre os termos contratuais com as contrapartes. Após assinatura dos contratos os valores serão liquidados.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda a compensar	2.031	350
Contribuição social a compensar	764	182
COFINS a compensar	271	177
PIS a compensar	39	33
ISSQN a recuperar	35	35
Outros	<u>25</u>	<u>66</u>
	<u>3.165</u>	<u>843</u>
Circulante	3.130	808
Não circulante	35	35

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Vida útil (anos)	<u>2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2014</u>
Imobilizado					
Computadores e periféricos	5	1.130	362	-	1.492
Móveis e utensílios	10	769	-	(26)	743
Benfeitorias em imóveis de terceiros		<u>1.171</u>	-	-	<u>1.171</u>
		3.070	362	(26)	3.406
(-) Depreciação acumulada		<u>(1.081)</u>	<u>(623)</u>	<u>16</u>	<u>(1.688)</u>
		<u>1.989</u>	<u>(261)</u>	<u>(10)</u>	<u>1.718</u>
Intangível					
Softwares					
Adiantamento para projetos em andamento		2.475	5.603	(1.924)	6.154
Desenvolvimento de novos produtos		2.821	-	-	2.821
Direito de uso de softwares	5	1.152	300	-	1.452
Marcas e patentes		<u>25</u>	-	-	<u>25</u>
		6.473	5.903	(1.924)	10.452
(-) Amortização acumulada		<u>(329)</u>	<u>(231)</u>	-	<u>(560)</u>
		<u>6.144</u>	<u>5.672</u>	<u>(1.924)</u>	<u>9.892</u>

Conforme Nota 3, item d (iii) a depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros ocorre em conformidade às datas finais de contratos de locação dos imóveis em que as benfeitorias foram realizadas, ambas datados em 05 de maio de 2016.

Softwares

Os gastos relacionados a softwares são reconhecidos na medida que seja provável que benefícios futuros sejam auferidos a Companhia. Os valores de software subsequentemente são transferidos para o resultado na rubrica de custo no mesmo momento que as receitas relacionadas a esses softwares também são reconhecidas.

Os softwares são compostos por “Adiantamentos para projetos em andamento” e “desenvolvimentos de novos produtos” nos montantes de R\$6.154 e R\$2.821, respectivamente.

Os softwares em desenvolvimento referem-se substancialmente a produtos customizados para atender demandas específicas da CEMIG e Light. Já o desenvolvimento de novos produtos refere-se a softwares que estão sendo desenvolvidos pela Companhia para atender ao mercado em geral.

A Companhia, na forma do CPC 27, procedeu a revisão dos critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos itens que compõem seu imobilizado para fins de cálculo da depreciação. Os resultados obtidos nesta revisão não apresentaram divergência em relação às taxas de depreciação anteriormente aplicadas, nem qualquer necessidade de constituição de provisão quanto à perda de valor em relação ao valor recuperável destes ativos. Considerando o estudo efetuado, a administração da Companhia entendeu pela não necessidade de modificação de critérios utilizados para depreciação neste exercício.

A Companhia continuará a efetuar análises dos valores registrados no imobilizado e vida útil estimada para cálculo da depreciação, ajustando-os imobilizado e vida útil estimada para cálculo da depreciação, ajustando-os quando necessários.

A Companhia não possui bem dados em garantia em processos judiciais e debêntures emitidas.

O ativo intangível direito de uso de softwares é amortizado pelo método linear. A taxa de amortização média anual foi de 20%.

8. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A composição de fornecedores e contas a pagar é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alstom Brasil	6.790	-
Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMIG)	309	1.014
CSC Serviços e Soluções em Tecnologia Ltda.	1.056	-
Allen Rio Serviços e Comunicação Ltda.	191	-
AeA Consultoria	100	-
Innovati Serviços Ltda.	97	-
Atlântica Assessoria Imobiliária Ltda.	77	73
Dell Computadores Ltda.	10	258
Choice Technologies Ltda.	-	123
Compusoftware Licenciamentos Ltda.	-	171
Outros	821	1.330
	<u>9.451</u>	<u>2.969</u>

9. DEBÊNTURES

Em 29 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu 1.500 debêntures, com valor nominal de R\$10.000 cada, junto ao Banco Bradesco S.A., emitidas em série única, não conversíveis em ações, com remuneração de 109 % da variação acumulada das taxas DI - *Depósito Interfinanceiros* sobre o valor nominal da dívida. Os juros remuneratórios são calculados em regime de capitalização composta de forma *Pro Rata Temporis* por dias úteis decorridos desde a data de sua emissão até a data de seu efetivo pagamento.

Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures são utilizados como capital de giro, a fim de suprir necessidades de caixa da Companhia, as quais se destacam o desembolso de caixa para aquisição de softwares e mão de obra especializada em tecnologia da informação.

	Saldo da dívida em 31/12/2013	Adições	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Resgate / Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2014
Debêntures	16.082	-	1.097	(1.064)	(5.006)	11.109
	<u>16.082</u>	<u>-</u>	<u>1.097</u>	<u>(1.064)</u>	<u>(5.006)</u>	<u>11.109</u>
Circulante						6.103
Não circulante						5.006

A Companhia não possui *Covenants* financeiros atrelados à dívida em 31 de dezembro de 2014.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2014	2013
Provisão para férias	1.974	1.392
Salários e ordenados a pagar	-	1.005
INSS a recolher	1.334	607
FGTS a recolher	183	139
Encargos sobre férias	292	206
Imposto de renda retido na fonte sobre Folha de pagamento	530	382
Bônus para Administradores	400	500
Outras (Empréstimo Consignado/Contribuição Sindical)	48	19
	<u>4.761</u>	<u>4.250</u>

11. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar as obrigações, conforme segue:

	2013	Adições	Reversões	Liquidações	2014
Trabalhistas	3.147	-	(102)	-	3.045
	<u>3.147</u>	<u>-</u>	<u>(102)</u>	<u>-</u>	<u>3.045</u>

Em 31 de dezembro de 2014 não há ações cujo prognóstico de perda é considerada possível.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

As ações da Companhia são divididas entre a CEMIG (49%) e a Light S.A. (51%).

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 está representado por 17.200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de R\$ 1,00.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

A CEMIG e a Light S.A. efetuaram junto à Companhia Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$29.400, proporcionais ao percentual de participação de cada acionista, sendo R\$14.406 e R\$14.994, respectivamente, realizados ao decorrer do exercício de 2014, a fim de suprir as necessidades de caixa da Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa 21, em 06 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou através da Assembleia Geral Extraordinária a integralização do aporte de capital no montante de R\$29.400, reconhecido anteriormente na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 31 de dezembro de 2014. Como consequência, o capital social total e integralizado a partir de 06 de março de 2015 passa a ser de R\$46.600.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Dividendos

O dividendo mínimo obrigatório determinado pelo Estatuto Social da Companhia é de 25% sobre o lucro disponível para distribuição, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em atendimento ao disposto no item 24 da Interpretação ICPC 08 (R1), os juros sobre o capital próprio, quando não efetivamente pagos, mas já creditados aos acionistas e computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório, são classificados no Passivo Circulante da Companhia, pois se caracterizam como uma obrigação legal. No exercício de 2014, a Companhia não calculou nem reconheceu juros sobre capital próprio.

Lucro líquido do exercício	2.128
(-) Prejuízos acumulados	(259)
	<hr/> 1.869
Reserva legal 5%	(93)
Base para dividendos	<hr/> 1.776
Dividendos mínimos 25%	<hr/> <hr/> 444

e) Integralização de capital

Em 17 de janeiro de 2014 foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração a integralização de capital no montante de R\$3.500 reconhecido anteriormente na rubrica de capital social a integralizar em 31 de dezembro de 2013. Como consequência, o capital social total e integralizado a partir de 17 de janeiro de 2014 passa a ser de R\$17.200.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucros das operações continuadas dos impostos	1.961	2.385
Alíquotas	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de IR E CSLL calculada às alíquotas de 34%	(667)	(811)
Incentivo da Lei do Bem (*)	544	602
Diferenças permanentes e diferenças temporárias não reconhecidas no ativo como crédito tributário (**)	<u>290</u>	<u>(569)</u>
Crédito (Despesa) de Imposto de Renda e Contribuição Social	167	(778)
Alíquota Efetiva %	(8,51%)	32,62%

(*) Valor referente a gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que podem ser deduzidos do Imposto a pagar.

(**) A Companhia não reconhece, no seu ativo, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social. Devido a este fato, tanto as constituições como as compensações desses créditos tributários, quando ocorrem, são reconhecidos nesta rubrica.

14. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta (*)	60.301	40.744
(-) Impostos sobre vendas de serviços	<u>(4.904)</u>	<u>(3.154)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>55.397</u></u>	<u><u>37.590</u></u>

(*) Conforme descrito na Nota 18, parte significativa da receita é originada de serviços prestados a partes relacionadas.

15. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas com pessoal	27.918	20.501
Despesa de serviços de terceiros	21.588	10.946
Aluguel do edifício	911	857
Depreciação e amortização	854	712
Energia elétrica	171	75
Outros	<u>1.437</u>	<u>1.427</u>
	<u><u>52.879</u></u>	<u><u>34.518</u></u>
Alocação:		
Custo dos serviços vendidos	46.144	27.752
Despesas com vendas	2.714	2.500
Despesas administrativas	3.976	3.501
Despesas tributárias	36	347
Outras despesas operacionais	<u>9</u>	<u>418</u>
	<u><u>52.879</u></u>	<u><u>34.518</u></u>

16. RESULTADOS FINANCEIROS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(1.097)	(1.064)
Outros	<u>(380)</u>	<u>(355)</u>
	<u>(1.477)</u>	<u>(1.419)</u>
(-) Juros capitalizados no ativo intangível (*)	363	-
	<u>(1.114)</u>	<u>(1.419)</u>
Rendimento de aplicações financeiras	504	694
Outros	<u>53</u>	<u>38</u>
	<u>557</u>	<u>732</u>
Resultado financeiro	<u><u>(557)</u></u>	<u><u>(687)</u></u>

(*) Referem-se a de juros capitalizados no ativo intangível decorrente de despesas financeiras de debêntures que ocorreram no exercício de 2014.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de Mercado.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Atualmente, as contas a receber da companhia são substancialmente oriundas de transações com partes relacionadas, como descrito na Nota 5. A administração não espera problemas na realização destas contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$8.976 em 31 de dezembro de 2014 (R\$10.045 em 2013), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de grande porte no país.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	02 anos
Debêntures	11.109	13.761	6.103	7.658

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

As operações realizadas pela Companhia não sofrem influência de taxa de câmbio.

Risco de taxa de juros

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado na nota explicativa 4. As captações são provenientes de emissão de debêntures junto Banco Bradesco S.A., conforme nota explicativa 9. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função das debêntures e aplicações, conforme apresentado abaixo:

	Cenário base SELIC 11,75%	Cenário provável SELIC 14,69%	Cenário possível SELIC 17,63%
Ativos - variação pelo CDI/SELIC			
Aplicações financeiras - Circulante	8.970	10.288	10.551
	8.970	10.288	10.551
Passivos - variação pela TJLP/SELIC			
Debêntures - Circulante	(6.103)	(7.000)	(7.179)
Debêntures - Não Circulante	(5.006)	(5.741)	(5.889)
	(11.109)	(12.741)	(13.068)
Passivo Líquido Exposto	(2.139)	(2.453)	(2.516)
Efeito Líquido da Variação das taxas de juros	-	(314)	(377)

Classificações contábeis e valores justos

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

18. PARTES RELACIONADAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ATIVO		
<u>Contas a Receber</u>		
Light Serviços de Eletricidade S.A.	18.355	7.840
Cemig Distribuição S.A.	36.383	13.167
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A.	236	540
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	554	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	669	-
	<u>56.197</u>	<u>21.547</u>
RESULTADO		
<u>Receita Bruta</u>		
Light Serviços de Eletricidade S.A.	17.439	12.851
Cemig Distribuição S.A.	30.742	24.279
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A.	2.957	1.393
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	872	-
Cemig Telecomunicações S.A.	1.001	470
Cemig Geração e Transmissão S.A.	5.986	1.141
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	1.100	-
	<u>60.097</u>	<u>40.134</u>

As transações com partes relacionadas se referem basicamente a contratos de prestação de serviços de desenvolvimento tecnológico em sistemas de informação mensuradas de acordo com as condições acordadas entre as partes nos respectivos instrumentos contratuais.

Remuneração da Administração

A remuneração da Administração no exercício de 2014 a título de salários, pró-labore e bônus foi de R\$1.772 (R\$1.620 no exercício de 2013).

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2014.

20. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía cobertura de seguros para cobrir os riscos de:

	<u>R\$ Mil</u>	<u>Data da vigência</u>
• Incêndio / Queda de Raio / Explosão	600	04/06/2014 a 04/06/2015
• Danos Elétricos Riscos Comerciais	100	04/06/2014 a 04/06/2015
• Perda ou Despesas de Aluguel Prédio	90	04/06/2014 a 04/06/2015
• Roubo ou Furto Qualificado de Bens	100	04/06/2014 a 04/06/2015

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2014, a Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa e, por isso, não refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

- Capitalização de juros de debêntures emitidas, adicionando o valor de R\$363 aos ativos que estão sendo formados;
- Dividendos propostos e não pagos no valor de R\$444.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) 1º Aditivo ao Instrumento Particular de Escrituração de Debêntures

Em 27 de janeiro de 2015, foi celebrado o 1º aditivo ao “Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão de Debêntures” entre a Companhia e o Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referente às debentures de R\$15.000.000, na data de emissão, considerando as seguintes condições:

- (i) alteração no prazo e data de vencimento das Debêntures, de 29 de janeiro de 2016, para vencimento em 29 de janeiro de 2017;
- (ii) alteração das datas de amortização de parte do valor principal das Debêntures, de 29 de janeiro de 2015 para 29 de janeiro de 2017;
- (iii) alteração das datas de pagamento dos juros remuneratórios para 29 de janeiro de 2017.

b) Integralização de capital

Em 06 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou através da Assembleia Geral Extraordinária a integralização do aporte de capital no montante de R\$29.400, reconhecido anteriormente na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 31 de dezembro de 2014. Como consequência, o capital social total e integralizado a partir de 06 de março de 2015 passa a ser de R\$ 46.600.